

2 — Este despacho produz efeitos desde 18 de Julho de 2005, ficando deste modo ratificados todos os actos praticados no âmbito desta delegação.

19 de Julho de 2005. — O Comandante, *José Manuel Pinheiro Seródio Fernandes*, COR/PILAV.

Direcção de Pessoal

Despacho n.º 17 853/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar destinado ao regime de contrato em seguida mencionado seja promovido ao posto de 1CAB, por reunir as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 60.º, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

2CAB OPSAS 132192-H Lígia Sofia Brito Miranda, BA 1.

Fica colocado na lista de antiguidade imediatamente à esquerda do 1CAB OPSAS 132162-F, Paula Alexandra da Silva Rodrigues, da BA 11.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 15 de Janeiro de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

21 de Julho de 2005. — Por subdelegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea e após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, em exercício de funções, *José Carlos Faria Antunes*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 854/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, obtido parecer favorável do conselho de gestão do Centro de Estudos Judiciários, bem como autorização do Conselho Superior do Ministério Público, nomeio o procurador da República na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa e, em acumulação, no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa José António Branco para director-adjunto daquele Centro para a fase teórico-prática a decorrer nos tribunais, na fase de estágio e na formação complementar, em comissão de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

1 de Agosto de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

José António Branco.
Data de nascimento: 30 de Janeiro de 1957.
Naturalidade: Cabeção, Évora.
Categoria profissional: procurador da República.
Auditor de justiça (15 de Março de 1982 a 16 de Setembro de 1982).
Delegado do procurador da República, em regime de estágio, na comarca de Almada (16 de Setembro de 1982 a 23 de Maio de 1983).
Delegado do procurador da República na comarca de Montemor-o-Novo (23 de Maio de 1983 a 30 de Outubro de 1985).
Delegado do procurador da República na comarca de Abrantes (30 de Outubro de 1985 a 30 de Julho de 1988).
Delegado do procurador da República na comarca de Loures (30 de Julho de 1988 a Julho de 1994).
Magistrado formador do Centro de Estudos Judiciários (Outubro de 1986 a Julho de 1994).
Vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça (Julho de 1994 a 11 de Março de 1999).
Procurador-adjunto no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa (11 de Março de 1999 a 16 de Setembro de 1999).
Posse no cargo de procurador da República em Ponta Delgada (16 de Setembro de 1999 a 27 de Janeiro de 2000).
Procurador da República no DIAP de Lisboa (27 de Janeiro de 2000 a 7 de Março de 2001).
Procurador da República nos juízos cíveis da Amadora (em regime acumulação) (1 de Fevereiro de 2000 a 19 de Junho de 2001).

Procurador da República destacado na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (7 de Março de 2001 a 28 de Maio de 2002).

Representante da Procuradoria-Geral da República na comissão de acompanhamento no seio da estrutura de missão da designada «vigilância electrónica» (Maio de 2001 a 28 de Maio de 2002).

Director nacional-adjunto da Polícia Judiciária (28 de Maio de 2002 a 13 de Agosto de 2004).

Procurador da República destacado na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (desde 13 de Agosto de 2004).

Procurador da República no DIAP de Lisboa em regime de acumulação (25 de Outubro de 2004 a 15 de Julho de 2005).

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 17 855/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e dos artigos 36.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e ao abrigo do despacho n.º 13 836/2005 (2.ª série), de 3 de Junho, da directora-geral da Administração da Justiça:

1 — Subdelego na licenciada Ana Maria Sena Brogueira Monteroso Carneiro, directora de serviços de Conservação (DSCE) desta Direcção-Geral, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Despachar todos os assuntos de mero expediente e assinar correspondência de processos instruídos no âmbito da DSCE;
- Emitir certidões e declarações que, pela sua natureza, se integrem no exercício da actividade corrente da sua direcção de serviços.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados todos os actos praticados pela directora de serviços desde 23 de Maio de 2005.

22 de Julho de 2005. — O Subdirector-Geral, *António Serra Moreira*.

Despacho (extracto) n.º 17 856/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Hanifa Hafez Mahomed Ebrahim, telefonista do quadro do pessoal do 1.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, a auferir pelo escalão 5, índice 181 — reclassificada profissional e definitivamente como assistente administrativa no quadro do pessoal do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa 2 (Loures), com efeitos a 15 de Setembro de 2005, passando a auferir pelo escalão 1, índice 199. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

1 de Agosto de 2005. — Pela Directora de Serviços, o Chefe de Divisão, *Lourenço Lopes Torres*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 7413/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 19 de Julho de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso externo de ingresso para o preenchimento de 80 lugares da categoria de guarda da carreira do pessoal do Corpo da Guarda Prisional do quadro da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

2 — O descongelamento das 80 admissões de guardas prisionais do sexo feminino foi autorizado através do despacho conjunto n.º 250/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Março de 2005, para o Estabelecimento Prisional Especial (feminino) de Santa Cruz do Bispo, obtida a declaração da Direcção-Geral da Administração Pública da não existência de pessoal disponível nesta categoria ou qualificado para o exercício das funções.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 174/93, de 12 de Maio, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 100/96, de 23 de Julho, e 33/2001, de 8 de Fevereiro.

4 — Remunerações e suplementos — a remuneração base devida à categoria de guarda é a correspondente ao escalão 1, índice 124, no montante de € 697,83, acrescida dos suplementos mensais em vigor. As regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da administração central e as específicas do Ministério da Justiça.

5 — Conteúdo funcional — compete genericamente aos guardas prisionais, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 174/93, de 12 de Maio:

- Exercer vigilância em toda a área das instalações afectas aos Serviços durante o serviço diurno e nocturno que lhe competir por escala;